



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
**RECORTE DE JORNAIS**

Veículo: JORNAL DA CIDADE  
Identificação: CIDADES B2  
Data: 19/10/2012

## MPE tenta apressar cirurgias ortopédicas

Arquivo JC

“Não é crível que ainda no Estado possamos aceitar filas de pacientes com fraturas aguardando meses para um procedimento cirúrgico. A população pode ficar tranquila porque iremos tentar viabilizar uma solução adequada para essa fila de espera. Se não conseguirmos, o Ministério Público (MP) irá mover outra ação civil pública para garantir a assistência a todos os pacientes”. O desabafo foi da promotora de Justiça, Euza Missano, que ontem foi uma das homenageadas pelos médicos, que comemoraram o dia, com um café da manhã e palestra na sede do sindicato da categoria.

Ao afirmar que considera absurdas as filas de espera para o setor de Ortopedia do Hospital João Alves, a promotora Euza Missano ressaltou que hoje, às 9h30, haverá uma audiência pública no MP para tratar do assunto com todos os gestores da saúde. Ele lembra que foi feito um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) “para que o



**EUZA MISSANO** espera reduzir a espera por cirurgias ortopédicas

cidadão que chegasse com politraumatismo e fraturas expostas fossem encaminhados para o Hospital João Alves. E aqueles com luxações fossem levados para o Hospital de Cirurgia. Esse TAC tem que ser cumprido”, destacou a promotora.

Desde 2010 que foi instaurado um procedimento administrativo e em 2011 foi ajuizada uma ação civil pú-

blica para garantir assistência no Hospital João Alves. “Essa ação foi movida para que haja escala de médicos ortopedistas no maior hospital do Estado. No mínimo, três médicos ortopedistas na porta de entrada do hospital. Isso é o que diz a ação do MP, que está julgada há aproximadamente dois meses. O Estado de Sergipe e a Fundação Hospitalar de Saú-

de (FHS) deverão manter médicos para a Ortopedia do hospital. É uma decisão que cabe recurso e esse recurso foi recebido em efeito suspensivo. Então o MP não pode, nesse momento, executar a decisão judicial. Nós acreditamos no Poder Judiciário e esse recurso será julgado e será feita justiça com a confirmação da decisão do MP. É importante que o Hospital João Alves se mobilize para completar a sua escala”, explicou a promotora.

Sobre a possível demissão em massa dos ortopedistas do Hospital João Alves, Euza Missano afirmou que isso é um problema dos gestores e não do MP. Ela disse que o MP não foi comunicado dessas demissões – e nem deveria ter sido –, pois é um problema da FHS. “Ao MP cabe propor tratativas e essas vêm sendo feitas desde 2010. Se não conseguirmos, não resta outra alternativa a não ser judicializar e aguardar que o Poder Judiciário diga o que pode ser feito”.